

WESLEY COSENDEI DE ARAUJO

DAVID HUME: CRÍTICA AO MERCANTILISMO

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Iara Vigo de Lima Onate

**CURITIBA
2007**

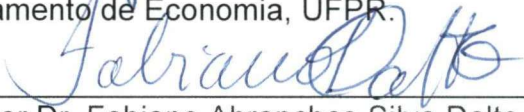
TERMO DE APROVAÇÃO

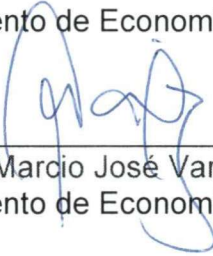
WESLEY COSENDEI DE ARAUJO

DAVID HUME: CRÍTICA AO MERCANTILISMO

Monografia aprovada como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:


Orientadora: Professora Dr^a. Tára Vigo de Lima Onate
Departamento de Economia, UFPR.


Professor Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto
Departamento de Economia, UFPR.


Professor Marcio José Vargas da Cruz
Departamento de Economia, UFPR.

Curitiba, 03 de novembro de 2007

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que acreditaram no meu potencial, principalmente, meus pais, José e Zenilda, meus irmãos, Douglas e Bruno e todos os meus amigos (Rodrigo, Rafaela, Rafael, William,...). Além deles, agradeço a fundamental cooperação da minha orientadora, professora Iara Vigo, e dos professores Marcio Cruz e Fabiano Dalto, que participaram da Banca Examinadora.

SUMÁRIO

RESUMO	iv
INTRODUÇÃO	1
1 MERCANTILISMO	3
1.1. FATORES QUE INFLUÍRAM NO NASCIMENTO DO MERCANTILISMO.....	3
1.1.1. O desenvolvimento do comércio.....	3
1.1.2. O Renascimento e a Reforma Religiosa.....	6
1.1.3. O Surgimento do Estado Moderno.....	9
1.2. ASPECTOS GERAIS DO MERCANTILISMO.....	10
1.3. ANÁLISE ECONÔMICA DO MERCANTILISMO.....	16
1.3.1. Balança Comercial.....	16
1.3.2. Política Monetária.....	19
2 DAVID HUME	21
2.1. VIDA E OBRA.....	21
2.2. CRÍTICA AO MERCANTILISMO.....	25
2.2.1. Balança Comercial.....	25
2.2.2. Política Monetária.....	28
CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS	32

RESUMO

O objetivo desta monografia é descrever a crítica realizada por David Hume ao pensamento econômico Mercantilista, em relação à Balança Comercial e a Política Monetária. Portanto, ela discorre sobre dois pontos: o Mercantilismo e o pensamento econômico de David Hume. O Mercantilismo foi um conjunto de idéias e práticas econômicas que floresceram na Europa entre 1450 e 1750, que tinha como característica fundamental, a acumulação de ouro e prata como forma de riqueza e poder. David Hume foi um defensor do raciocínio filosófico e científico, que viveu entre 1711 e 1776, e expôs suas idéias econômicas em uma obra intitulada *Discursos Políticos*, de 1752. Para Hume, o acúmulo de moeda em longo prazo resultaria na alta dos preços dos bens e serviços internos. A consequência seria o aumento das importações de bens e serviços estrangeiros, resultando em um déficit nas transações internacionais.

Palavras-chave: Mercantilismo, David Hume, Balança Comercial e Política Monetária.

INTRODUÇÃO

A ampliação dos horizontes econômicos, impulsionadas pelo desenvolvimento do comércio marítimo a partir do século XVI, levou ao surgimento de um novo pensamento econômico, o qual tem sido denominado 'mercantilismo'.

O Mercantilismo, que floresceu na Europa entre 1450 e 1750, foi caracterizado por um período de mudanças de perspectivas de ordem intelectual e política, associada à entrada dos novos textos advindos do desenvolvimento do comércio, que deram sustentação aos argumentos defendidos pela nova burguesia comercial e industrial, que prosperavam e precisavam rompê-los. Essa ruptura, das tradições feudais, tornava-se fundamental para o aparecimento de uma doutrina de cunho econômico, onde a riqueza passa a ser vista como o valor supremo do homem (DENIS 1978: 106).

A doutrina mercantilista, principalmente em relação à Moeda e ao Comércio Internacional, levantou muitas críticas, e um dos primeiros pensadores a atacá-la foi o filósofo David Hume, em um conjunto de ensaios publicado em 1752. O objetivo principal desta monografia é descrever suas críticas.

A monografia será dividida em dois capítulos principais. O primeiro capítulo abordará o mercantilismo. Ele está dividido em três seções: i) Fatores que influíram no nascimento do mercantilismo: o desenvolvimento do comércio, o Renascimento, a Reforma Religiosa e o surgimento do Estado Moderno; ii) Aspectos gerais do mercantilismo, expondo algumas teorias de pensadores da época; iii) Análise econômica do mercantilismo, enfatizando questões concernentes à balança comercial (comércio internacional) e à política monetária.

O segundo capítulo trata de David Hume e de suas duas principais críticas ao pensamento dos mercantilistas. Para tal objetivo, o capítulo foi dividido em duas seções: i) Vida e Obra, mostrando um pouco sobre quem foi Hume, como pessoa, e qual a sua importância para a ciência econômica a partir de seu projeto teórico; ii) Oposição ao Mercantilismo. Esta seção apresentará as duas principais teorias que diferem o pensamento de Hume dos

pensadores mercantilistas. A primeira será em relação à balança comercial (comércio internacional) e a segunda à Política Monetária, o seu papel no desenvolvimento do Estado.

Depois de apresentado os dois capítulos, farei uma breve conclusão sobre a oposição de Hume em relação aos mercantilistas, esclarecendo os principais pontos que diferem o pensamento entre eles.

1. MERCANTILISMO

1.1 FATORES QUE INFLUÍRAM NO NASCIMENTO DO MERCANTILISMO

O sistema mercantilista foi um conjunto de idéias e práticas econômicas que floresceram na Europa entre 1450 e 1750. O sistema é caracterizado como um dos alicerces do desenvolvimento do sistema de produção capitalista.

Os fatores que influíram no nascimento do mercantilismo, podem ser divididos em três grandes 'transformações' de caráter econômico e social, que influenciaram em toda a estrutura social da Idade Média. A primeira grande transformação foi o processo de desenvolvimento do comércio; a segunda, de caráter 'intelectual', o Renascimento e a Reforma Religiosa; e a terceira que acabou sendo o resultado dessas outras duas transformações, foi o surgimento do Estado Moderno, a partir do século XVI.

1.1.1 O desenvolvimento do comércio

O desenvolvimento comercial na Europa Ocidental, iniciado a passos largos a partir do século XI, significou um processo de transformações da sociedade econômica da Idade Média, rompendo com conceitos fundamentais que marcavam o período, como, tradição, imobilismo e ordem.

No começo, o comércio era realizado por mercadores itinerantes que percorriam grandes distâncias trazendo em seus fardos e sacos artigos que tinham iniciado sua jornada na Arábia ou na Índia, ou mesmo estavam sendo levados de uma ponta a outra da Europa. Os mercadores itinerantes ocupavam os mais baixos níveis da hierarquia social, entretanto, ninguém dispensava seus serviços. O comércio praticado por esses mercadores significou o primeiro alento de comércio e de intercâmbio comercial para uma Europa que mergulhara na estagnação senhorial-feudal, quase destituída de comércio e auto-suficiente.

Um importante subproduto da ascensão do mercador itinerante foi à lenta urbanização da vida medieval, a criação de novas cidades e vilas. O surgimento dessas novas concentrações se dava, principalmente, em torno das

muralhas de castelos ou burgo local, ou de uma Igreja – o motivo era que esses lugares eram mais protegidos. Uma característica importante dessas novas cidades ou vilas, segundo HEILBRONER (1980), era à impossibilidade de imposição, por parte dos senhores locais, de regras claras para tributação ou para qualquer outra forma de imposição, fornecendo assim impulso para o desenvolvimento de uma nova ordem social e econômica dentro dessas cidades. Elas eram quase independentes, estavam fora de uma estrutura principal de poder e podiam definir para si mesmas seus códigos de leis e de comportamento social, além, de um conjunto de instituições administrativas.

Durante os mil anos da Idade Média, quase mil cidades foram fundadas na Europa – um tremendo estímulo à comercialização e a monetarização da vida, pois cada cidade tinha seus mercados locais, suas barreiras de pedágio, muitas vezes sua moeda local, seus celeiros e lojas, suas tavernas e estalagens, seu ambiente de 'vida de cidade', o qual contrastava bem nitidamente com o do interior. O crescimento espontâneo e lento do estilo urbano foi importante fator na introdução de um ar de mercado na vida econômica européia (HEILBRONER 1980: 73).

A ascensão do mercador itinerante e a expansão da cidade foram dois grandes fatores na lenta evolução de uma sociedade de mercado, a partir da vida econômica medieval; um terceiro fator foram as Cruzadas (HEILBRONER 1980: 74).

As cruzadas levaram novo ímpeto ao comércio. Dezenas de milhares de europeus atravessaram o continente por terras e mar para arrebataram a Terra Prometida aos muçumanos. Necessitavam de provisões durante todo o caminho e os mercadores os acompanhavam a fim de fornecer-lhes o de que precisassem. Os cruzados que regressavam de suas jornadas ao Ocidente traziam com eles o gosto pelas comidas e roupas requintadas que tinham visto e experimentado. Sua procura criou um mercado para esses produtos. Além disso, registrou-se um acentuado aumento na população, depois do século X, e esses novos habitantes necessitavam de mercadorias. Parte dessa população não tinha terras e viu nas Cruzadas uma oportunidade de melhorar sua posição na vida. Frequentemente, as guerras fronteiriças contra os muçumanos, no Mediterrâneo, e contra as tribos da Europa Oriental eram dignificadas pelo nome de Cruzadas, quando na realidade, constituíam guerras de pilhagem e por terras. A Igreja envolveu essas expedições de saque num manto de respeitabilidade, fazendo-as aparecer como se fossem guerras com o propósito de difundir o Evangelho ou exterminar pagãos, ou ainda defender a Terra Santa (HUBERMAN 1983: 27).

As Cruzadas, a suprema aventura religiosa da Idade Média, ironicamente favoreceu o estabelecimento de uma sociedade a que a Igreja se opunha. Elas serviram para por em contato dois mundos diferentes. "Uma era a sociedade ainda entorpecida, sonolenta, do feudalismo europeu, com a sua inércia rural, sua aversão ao comércio e suas concepções ingênuas de

negócios; o outro era a brilhante sociedade de Bizâncio e Veneza, com sua vitalidade urbana, sua volúpia sem peias do lucro e seus refinados métodos de negociar” (HEILBRONER 1980: 74). Assim, as Cruzadas proporcionaram imensa experiência para a Europa. A velha base fundiária da riqueza entrou em contato com nova base monetarizada que provou ser muito mais poderosa. A concepção de vida foi inevitavelmente revista, sacudindo uma sociedade letárgica para sair de sua própria rotina, as Cruzadas desempenharam um papel de fator de aceleração da transformação econômica na Europa.

Um fator importante do processo de comercialização da vida econômica foi a aglutinação das entidades econômicas e políticas da Europa. Os países europeus que até então pareciam mais com colchas de retalhos de áreas de governo isoladas, começaram a passar por um processo de reunificação, através da integração dos seus fragmentados mercados. Esse foi um processo não só essencialmente político, mas também econômico, pois necessitou a integração dos interesses do monarca e do burguês comercial. A combinação de suas forças favoreceu o crescimento dos governos centralizados, resultando não só na unificação das leis e moeda, mas também em estímulo direto ao desenvolvimento do comércio e da indústria. Na França, por exemplo, a manufatura foi promovida por patrocínio régio das famosas tapeçarias de Gobelin e porcelanas de Sévres, e criaram-se firmas para inúmeros artesãos e artífices mediante encomendas oriundas de palácios e residências reais (HEILBRONER 1980: 76). Ocorreram estímulos também em outras áreas, como, na construção de esquadras, manutenção de exércitos, pagamento de mercenários, e muitas outras. Tudo isso ajudou a imprimir um novo ritmo na circulação monetária.

Nos séculos XIV e XV prosseguiu o desenvolvimento comercial. Foram realizados grandes progressos na arte da navegação, como, a utilização das descobertas astronômicas e da invenção do telescópio na medição da latitude. Com a utilização dessas ferramentas, em 1487, Bartolomeu Dias contorna o cabo da Boa Esperança; Vasco da Gama atinge a Índia em 1498, contornando a África e abre uma nova rota marítima para o comércio com o Leste; em 1492, Cristóvão Colombo descobre a América. As conseqüências econômicas dessas conquistas foram grandes, pois proporcionaram um grande fluxo de metais preciosos para a Europa. O ouro e prata, proveniente principalmente das

colônias espanholas – México e Peru – eram lentamente distribuídos a terceiros através das compras de mercadorias realizadas pelos espanhóis. “Por conseguinte, os preços subiram em toda a Europa – só entre 1520 e 1650, estima-se que tiveram uma elevação entre 200% e 400%, provocando tanto estímulo quanto pressão sobre a indústria, mas desencadeando grande onda de especulação e comércio” (HEILBRONER 1980: 77).

O estabelecimento de colônias nos séculos XVI e XVIII e o subsequente aproveitamento do comércio com o Novo Mundo proporcionaram tremendo impulso para a Europa no caminho de uma efervescente sociedade comercial. A descoberta do Novo Mundo foi, desde o começo, uma influência catalítica e revolucionária sobre o Velho Mundo (HEILBRONER 1980: 77).

A indústria se desenvolveu, em relação com o desenvolvimento das necessidades (indústria mineira, metalúrgica, indústria têxtil). Formou-se uma classe capitalista, composta de industriais que faziam trabalhar assalariados (agrupados ou mais frequentemente trabalhando no domicílio), poderosos mercadores e banqueiros (DENIS 1978: 89). O surgimento dessa classe assalariada tornou-se fruto, principalmente, do processo de Cercamento dos Campos. Desde o início do século XVIII, a aristocracia fundiária, cada vez mais pressionada pelas necessidades de dinheiro, vinha encarando suas terras, não como feudos ancestrais, mas como fontes potenciais de receita monetária. “Assim com o objetivo de realizar maiores lavouras ou criatórios comerciais, ela começou a ‘cercar’ os pastos que antes eram considerados terra comum”(HEILBRONER 1980: 77).

Essas são algumas das grandes transformações econômicas e sociais, que resultaram do desenvolvimento do comércio a partir do século X e que ajudaram no advento do pensamento mercantilista. Ainda como consequência do desenvolvimento do comércio, abordaremos separadamente, outras duas grandes transformações: uma de caráter intelectual – O Renascimento e a Reforma Religiosa – e a outra político – O Surgimento do Estado Moderno.

1.1.2 O Renascimento e a Reforma Religiosa

Em relação estreita com o desenvolvimento do comércio e o desenvolvimento econômico, ocorria na Europa um poderoso movimento

intelectual. O motivo era a redescoberta das obras antigas que vão desempenhar um papel decisivo. Ela ocorre no século XIV, por grandes escritores italianos, encorajados e ajudados pelos mercadores e pelos príncipes.

Um grande número de letrados gregos refugia-se na Itália e dá um novo impulso ao movimento de retorno aos modelos antigos nas letras e nas artes, movimento conhecido sob o nome de Renascimento (DENIS 1978: 93). Entre os principais letrados estavam: o reencontrado por Petrarca (1304-1374), na biblioteca da Catedral de Verona, um manuscrito das Cartas de Cícero, depois os seus Discursos; Boccaccio (1313-1375), filho de negociante, manda vir um grego para a sua residência e em breve está em condições de ler Homero no original; Manuel Chrysoloras, um bizantino, que em 1396 fixa-se em Florença como professor de Grego, estabelecendo contato regular entre a Itália e a Grécia, e afluem os manuscritos das obras gregas antigas (DENIS 1978: 92). É ainda nessa época, início do século XV, que é redescoberta no Ocidente as obras de Platão e as dos epicuristas e dos estóicos. “Em 1453, os turcos apoderam-se de Constantinopla. É o fim do Império Romano no Oriente.

O movimento Renascentista abre as portas para uma nova curiosidade em torno da ciência, que tem como principal inovador nesse sentido, Leonardo Da Vinci (1452-1519). A invenção da imprensa em 1440 e a substituição do pergaminho pelo papel, à imitação da China, tornam-se essenciais para a difusão do movimento.

O Renascimento abriu desde o seu início, um período de crise intelectual no Ocidente. Na verdade, os novos pensadores têm diante dos olhos, grandes obras antigas, estranhas ao cristianismo e muito diferente, aliás, das obras Aristotélicas. Os espíritos afastam-se do sistema de Santo Tomás, adaptado pela Igreja, que é simultaneamente aristotélica e cristã. Em matéria científica, afastam-se de Aristóteles e tentam apoiar-se em idéias encontradas em Platão e seus discípulos. Aristóteles ensinava que o mundo era feito de seres imutáveis, entre os quais não havia comunicação. Tenta-se agora, em sentido oposto, transmutar as coisas, nomeadamente com vista a fabricar ouro. É a época do grande desenvolvimento da alquimia, e também da astrologia e da magia (DENIS 1978: 93).

A partir do movimento Renascentista, podemos verificar em todos os domínios, o nascimento de uma crítica implacável contra as concepções medievais. A Igreja, que representava um papel de extrema importância dentro da estrutura social medieval, não poderia ter ficado de fora das críticas.

A Igreja sempre se demonstrou imbuída de aversões teológicas ao princípio do ganho e, em especial, à cobrança de juros ou usura. Apesar disso, a Igreja alcançou com o tempo uma posição de dominante importância econômica. Através de seus dízimos e benefícios, além de servir como depositária de dinheiro, ela se tornou o maior coletor e distribuidor de dinheiro de toda a Europa. Algumas de suas subdivisões até praticavam empréstimos a monarcas ou a quem precisasse de dinheiro, servindo dessa forma como instituições financeiras. Todas essas práticas estavam sustentadas na crença da natureza transitória da vida na terra e na importância da preparação para a Eternidade. Os muitos abusos da igreja não podiam passar despercebidos. A diferença entre seus ensinamentos e seus atos era bastante grande, e até os mais brancos podiam percebê-la (HUBERMAN 1983: 88).

Em 1517, um monge alemão, Lutero, começou a sua pregação contra a corrupção da Igreja, e acima de tudo contra a venda das indulgências. Entende suprimir as próprias fontes da corrupção do dinheiro sustentando que só a fé salva ou justifica, e que as obras (dávias em dinheiro à Igreja) não podem ter qualquer eficácia (DENIS 1978: 94). Além de criticar essas práticas da Igreja, Lutero, ele vai favorecer, principalmente, o desenvolvimento de uma nova filosofia do Estado:

Lutero não quer que a Igreja se preocupe a regulamentar a vida social. Mas exalta o papel do Estado como meio de reprimir a maldade humana, o que é, apesar de tudo, uma maneira de reconhecer o valor das instituições políticas. Exorta os príncipes a reprimirem sem piedade a revolta dos camponeses, porque, se é certo que a vida espiritual é puramente interior, convém, todavia, que os indivíduos sejam obrigados a respeitar, nas suas relações sociais, a aparência de uma vida conforme ao ideal cristão. A concepção luterana favorece, assim, o desenvolvimento de uma doutrina do poder absoluto dos príncipes (DENIS 1978: 98).

Lutero, apesar disso, como reformador religioso condenava vigorosamente o comércio e o empréstimo a juros, logo, não favorecia o surgimento da nova sociedade de mercado. Mesmo tendo favorecido o surgimento de uma nova filosofia do Estado. A doutrina que se espalhou pelas novas cidades mercantis foi outra: o calvinismo.

Em 1536, João Calvino, nascido em Noyon em 1509, publica na Basileia o livro *A Instituição Cristã*. A reforma proposta por Calvino, não possui as mesmas características da de Lutero, que permanece medieval e estática,

mas exalta o individualismo e a atividade econômica. “ O dogma calvinista da predestinação - de que desde começo Deus tinha os salvos e os condenados, e de que nada de que o homem pudesse fazer na terra alteraria essa determinação sagrada e inviolável - se concilia com o êxito material do indivíduo, estimulando sua atividade econômica, condenando sua ociosidade, apelando para sua consciência profissional, justificando seus sucessos nos negócios e, portanto, a busca pelo lucro. Ele reabilita teologicamente a vida material contra o ascetismo” (HUGON 1988: 61).

Calvino, portanto, vai contra as proibições do catolicismo, justifica o empréstimo a juros, quando ele é legítimo e desde que seja moderado. Justificação esta que se torna importante no momento em que os capitais dão à função bancária um papel econômico importante.

Essas características do espírito da Reforma levam a aproximá-lo do espírito capitalista. E como é justamente nos países 'reformados' que o sistema capitalista aparece em primeiro lugar e neles atinge seu maior desenvolvimento, a influência das idéias da reforma sobre a formação e a evolução da mentalidade e do sistema capitalista surge como fato histórico inegável (HUGON 1988: 61).

1.1.3 O Surgimento do Estado Moderno

O século XVI vê surgir o Estado Moderno. “A Renascença e a Reforma Religiosa muito influíram no desenvolvimento secular do Estado Moderno” (BELL 1982: 83).

No domínio das idéias políticas, o Renascimento é marcado principalmente pela influência do epicurismo e do estoicismo. A teoria aristotélica do Estado como ser *natural* é cada vez mais abandonado em proveito da teoria epicurista do *contrato social*. É o ponto de vista que defende nomeadamente, o florentino Nicolau Maquiavel (1469-1527), autor da famosa obra *O Príncipe* (1516). Aliás, esta doutrina leva-o a enaltecer um governo forte e sem escrúpulos morais, porque o entendimento entre os homens é precário e estes procuram constantemente rompe-lo (DENIIS 1978: 97).

Na Idade Média existiam Estados, mas não passavam de aglomerações feudais, não possuindo uma verdadeira política nacional. A partir do crescimento do comércio e, do Renascimento e da Reforma Religiosa, começam a aparecer unidades constituídas por elementos agrupados, mas não fundidos. Os príncipes, a pobreza, o clero e, mais tarde, a burguesia

subsistem como forças individualizantes, tratando-se entre si como potências. Sua submissão ao chefe de Estado é apenas nominal (HUGON 1988: 62).

Foi necessário que o monarca rompesse com as tradições feudais para que os monarcas transformassem uma 'unidade mecânica' em uma unidade política e econômica. É a partir deste momento que passa a surgir a idéia de economia nacional no sentido moderno dessa expressão, isto é, a concepção de Estado que coordena todas as diferentes forças ativas da nação – materiais e humanas (HUGON 1988: 62). O comércio transforma-se em negócio público, perdendo o interesse de caráter exclusivamente privado, além disso, surge a noção de balança comercial, suplantando a noção de balança de contratos.

Com o surgimento do Estado Moderno, a nação passa a existir também como um organismo econômico. Sob esse novo impulso, o mercado se expande de regional para nacional, dando origem a conflitos de caráter internacional entre as nações. Esses conflitos, na maioria das vezes de caráter econômico, motivam as nações a adotar algumas medidas. Serão essas medidas que veremos no próximo capítulo.

1.2 ASPECTOS GERAIS DO MERCANTILISMO

O Mercantilismo, segundo Leo Huberman (1983: 129), pode ser definido não como um sistema em nosso sentido da palavra, mas antes um número de teorias econômicas aplicadas pelo Estado num momento ou outro, no esforço para conseguir riqueza e poder.

As teorias econômicas desenvolvidas pelos pensadores mercantilistas tinham, quase sempre, como objetivo central o aumento de suas próprias riquezas. Elas eram frequentemente elaboradas por mercadores, financeiros e manufactureiros, que aparentemente estavam interessados no poder do Estado. Na verdade, eles acreditavam que através do crescimento do poder do Estado, indiretamente beneficiar-se-iam da prosperidade do comércio, através do fortalecimento das campanhas militares em terra e no mar. Portanto, o mercantilismo vai desenvolver a tese na qual o Estado aumenta sua força favorecendo o enriquecimento dos cidadãos, neste caso, a classe dos comerciantes ou dos ligados a eles. "É assim que pela primeira vez teremos diante de nós uma teoria da sociedade que se desenvolve essencialmente no

âmbito da economia, dado que o fim da vida social é concebido como um fim econômico e que, os meios encarados para realizar esse fim são também, meios econômicos” (DENIS 1978: 99).

Para entender melhor a idéia da concepção mercantilista da vida social, segundo DENIS (1978), podemos utilizar-se de duas obras: *Discurso sobre a Prosperidade Pública Deste Reino da Inglaterra (1549)*, de John Hales, umas das primeiras obras do mercantilismo Inglês; e a obra do francês Antoine de Montchrestien, intitulada *Tratado da Economia Política (1616)*.

a) John Hales – que não fazia parte da classe dos comerciantes, escreve sua obra em um período em que a Inglaterra passava por um momento de importante êxodo rural e um crescimento do pauperismo. O motivo principal para ele desse acontecimento, era a monopolização das terras pelos novos ricos, principalmente comerciantes. A solução do problema, segundo ele, seria desenvolver a indústria nacional, o que permitiria aumentar a população do reino. Assim o Estado passaria a dispor de um exército, em potencial, importante.

Portanto, é o interesse do Estado que é posto em primeiro lugar por Hales. Todavia, a sua obra exprime igualmente de maneira muito clara a idéia nova segundo a qual o enriquecimento é o verdadeiro fim da vida humana (DENIS 1978: 101).

O importante é analisar a noção de uma república, na qual o elo entre os indivíduos não é o de natureza política, nem religiosa, e sim de natureza econômica.

b) Antoine de Montchrestien – nascido em 1576, filho de um boticário e freqüentador da nobreza, em 1616 apresenta seu *Tratado da Economia Política*, onde partilha as idéias políticas de Jean Bodin, na qual a guerra contra o inimigo externo é útil à paz interna. Além disso, ele defende que um dos únicos meios de manter os súditos na obediência é permitindo-lhes enriquecer. Essa teoria vai ao encontro da doutrina mercantilista. Na verdade ele atribui ao enriquecimento do povo à mesma eficácia da guerra, que tem como fim supremo da atividade humana a procura da riqueza (DENIS 1978: 103). Ele não teme colocar o mercador acima de todos da sociedade, pois defende que o comércio é uma atividade superior, dado que a indústria trabalha para ele.

Logo, o Estado deve ocupar-se antes de qualquer coisa em estimular a produção e as trocas.

Em cada nação, vários fatores de ordem econômica, políticas, culturais e religiosas desempenharam funções importantes na formação das políticas mercantilistas. Em fins do século XV, os Estados cresciam em vigor e aspiravam ao poder como nação. Os oceanos passaram a não ser mais barreiras à ambição colonial, ao fim de explorar novos territórios e oportunidades de comércio. Como sustentáculo do comércio em franca expansão desenvolveu-se uma economia monetária com instituições bancárias e creditícias. O motivo lucro tornou-se universal e estimulou o crescimento da concorrência entre as nações, tornado-as inimigas, na luta por poder e conquistas.

Como medidas destinadas a regulamentar e controlar os empreendimentos econômicos, de uma maneira mais geral, pode-se verificar os meios formulados pelos mercantilistas para tornar o Estado nacional mais forte (BELL 1982: 84):

- I. Os metais preciosos constituem a mais desejável forma de riqueza nacional.
- II. Se uma nação não possui recursos naturais em metais preciosos, o principal meio de conseguir é o comércio.
- III. A fim de acumular metais preciosos, o balanço comercial deve ser favorável: excesso das exportações sobre importações.
- IV. As colônias podem ser úteis como mercados para as exportações e como fontes de abastecimento de matérias-primas, até mesmo de metais preciosos.
- V. As colônias só podem abastecer a metrópole a que pertençam: é proibida a manufatura nas colônias, por temor de prejudicar o mercado da metrópole e de se esgotar o suprimento de matérias-primas. Todo o comércio colonial pode ser um monopólio da metrópole.

Uma das mais claras exposições sobre política mercantilista, da época, foi escrita por Phillip Von Hornick (1638-1712), um funcionário público da Áustria. Ele escreveu, em 1684, um tratado chamado *A Áustria Acima das Outras Nações, Se ela Assim Desejar*, em que listou as nove regras mais importantes da economia nacional (FUSFELD 2001: 22):

1. Estudar o solo do país com o máximo cuidado, sem deixar de considerar as possibilidades agrícolas de cada pedacinho de terra (...).
2. Todos os produtos primários encontrados em um país que não puderem ser usados na sua forma natural devem ser manufaturados dentro do próprio país (...).

3. Deve-se dar atenção à população, que tem de ser tão grande quanto forem às possibilidades do país suportá-la (...).
4. Todo ouro e prata que se encontram no país não podem ser retirados sob nenhum pretexto (...).
5. Os habitantes devem fazer todos os esforços para se contentar com os produtos domésticos (...).
6. Produtos primários estrangeiros não devem ser trocados por ouro ou prata, mas sim por artigos domésticos (...).
7. Ouro e prata devem ser importados em forma não acabada e transformados dentro do país (...).
8. Devem-se procurar, incessantemente, oportunidades de vender a esses estrangeiros bens supérfluos na forma manufaturada (...).
9. Não se deve autorizar, em hipótese alguma, nenhuma importação de produtos cuja oferta interna seja suficiente e na qualidade desejada.

Para a economia, a adoção dessas medidas pelos Estados nacionais modernos significou a criação de um sistema de monetário e de cunhagem unificado, um sistema nacional de pesos e medidas, a eliminação da cobrança de pedágio em estradas e rios, além de um sistema nacional de impostos e tarifas. Essas medidas, que significaram um avanço em termos econômicos comparado com o que antes era praticado na Idade Média, tinham como fim a constituição de uma economia nacional através do fortalecimento do poder político dos monarcas em relação à nobreza feudal.

Os monarcas ao adotarem essas medidas contaram com o apoio dos mercadores, que tinham interesses comerciais e beneficiavam-se do comércio cada vez mais amplo decorrente de uma economia unificada e sem barreiras comerciais localizadas. Em contrapartida, os mercadores aumentavam o poder dos monarcas financiando o exército, necessário para subjugar a nobreza e possibilitar o aumento do poder da nação em relação às outras, através da conquista de novos territórios. Os interesses desses dois grupos também coincidiam em outro aspecto: ambos favoreciam-se da expansão do comércio externo. Os mercadores através dos lucros advindos com os novos negócios com a Ásia e o Novo Mundo. O Estado ganhava com a cobrança de tarifas alfandegárias, com a venda de direito de monopólio comercial, com o desenvolvimento da Indústria militar e do pessoal ligado a ela, e com o crescimento da economia como um todo, o que fornecia uma sólida sustentação ao poder nacional. (FUSFELD 2001: 22).

Além dos mercadores, os monarcas tinham como aliados três outros grupos: pequenos proprietários de terra, juristas e funcionários do governo/corte real. Os pequenos proprietários de terra estavam interessados

na agricultura comercial, logo apoiavam todas as medidas tomadas pelo Estado que diminuíssem o poder dos nobres feudais, pois sabiam que quanto mais aumentasse o poder do Estado em relação aos nobres, mais cresciam sua própria riqueza e poder nos negócios locais. Os juristas, requisitados para interpretar e definir as complicadíssimas relações econômicas que se desenvolveram a partir da possibilidade de livre associação e dos contratos privados que passaram a reger o mercado (FUSFELD 2001: 22). O último grupo, dos funcionários do governo/corte real, passaram a ter grande importância estratégica no apoio às políticas traçadas para fortalecer a unidade e o poder nacional, logo toda a estrutura que beneficiava os outros grupos.

Das alianças entre esses grupos surgiram políticas econômicas que visavam à unificação da nação sob um único e poderoso dirigente, o desenvolvimento das forças militares e navais e o crescimento da riqueza por meio da produção doméstica e do comércio exterior. Para FUSFELD (2001), essas políticas e as teorias que as sustentavam vieram a ser chamadas de *mercantilismo*, o primeiro corpo teórico organizado de pensamento econômico moderno.

As recomendações de nacionalismo, auto-suficiente e poder nacional foram medidas adotadas, em maior ou menor grau, por todos os Estados europeus.

A manufatura era incentivada com subsídios, privilégios especiais, concessões de patentes e monopólios. O comércio exterior estimulado pela ocupação de colônias e os esforços em manter baixos os salários, era controlado por tarifas, leis de navegação e restrições alfandegárias. O desenvolvimento agrícola foi promovido por uma série de medidas: na Inglaterra, taxaram as importações de alimentos a fim de evitar a concorrência estrangeira, enquanto, na França, as exportações de produtos agrícolas foram taxadas para manter a produção doméstica no país. A indústria bélica – armas, pólvora, navios e equipamentos navais – foi particularmente favorecida (FUSFELD 2001: 23).

Dado os aspectos gerais das políticas econômicas adotadas durante o mercantilismo na tentativa de fortalecer o Estado e o comércio, uma questão ainda falta a ser abordada: o que é que faz realmente rico um país? A resposta para essa pergunta, segundo os pensadores econômicos da época, estava na quantidade de ouro e prata que o país possuísse. Por exemplo, no século XVI a Espanha poderia ser considerada a nação mais rica do mundo, graças à quantidade de ouro e prata recebida das colônias. Então, todas as medidas

nacionalistas acima citadas, buscariam incondicionalmente a aquisição e manutenção de ouro e prata na mão do Estado ou de seus cidadãos.

Quanto mais tivesse, tanto mais rico o país seria – o que se aplicavam as nações e também as pessoas. O que fazia as rodas do comércio e indústria girarem mais depressa? Ouro e Prata. O que permitia ao monarca contratar um exército para combater os inimigos de seu país? Ouro e Prata. O que comprava a madeira necessária para fazer navios, ou o cereal para as bocas famintas, ou a lã que vestia o povo? Ouro e Prata. O que tornava um país bastante forte para conquistar um país inimigo – que era 'os nervos da guerra'? Ouro e Prata. A posse de ouro e prata, portanto, o total de barras que possuísse um país, era o índice de sua riqueza e poder (HUBERMAN 1983: 130).

O Ouro e Prata tornaram-se as medidas de valor durante o período mercantilista, mas por que eles e não outra unidade de valor?

A resposta para esta pergunta pode ser encontrada no livro *As Palavras e as Coisas* de Michel Foucault (1992), onde ele vai demonstrar o porquê da utilização do Ouro e Prata como símbolo de riqueza e poder pelas nações e indivíduos.

Mas porque o ouro e a prata, que em si mesmo dificilmente são riquezas, receberam ou assumiram esse poder significativo? Sem dúvida poder-se-ia utilizar outra mercadoria para esse efeito 'por muito vil e abjeta que fosse'. O cobre, que em muitas nações permanece em estado de matéria baixo preço, torna-se precioso em algumas, na medida em que é transformado em moeda. De maneira, em geral, utilizam-se o ouro e a prata porque encerram-se em si mesmos uma perfeição própria. Perfeição que não é da ordem do preço, mas provem de sua capacidade de indefinida representação. São duros, imperecíveis, inalteráveis; podem dividir-se em parcelas minúsculas; são capazes de reunir um grande peso sob um volume frágil; podem ser facilmente transportados; são fáceis de perfurar. Tudo isso faz do ouro e da prata um instrumento privilegiado para representar todas as outras riquezas e estabelecer, por análise, uma comparação rigorosa entre elas. Assim se acha definida a relação da moeda com as riquezas (FOUCAULT 1992: 189).

Portanto, é por ser moeda que o ouro é precioso. Não o inverso. Foucault retoma esta questão na medida em que ele deseja ressaltar uma distinção entre o mercantilismo do século XVI e as idéias mercantilistas dos séculos XVII e XVIII. Para Foucault, os metais preciosos eram moeda no século XVI em função de seu valor intrínseco de riqueza. Porque eram riqueza, ouro e prata se converteram em moeda. Do século XVII em diante, a relação que existia entre os metais preciosos e a moeda é invertida. Enquanto no Renascimento fundava as duas funções do metal monetizado (medida e substituto) sob a reduplicação de seu caráter intrínseco (o fator de ser precioso), o século XVII desloca a análise; é a função de troca que serve de

fundamento para os dois outros caracteres (a aptidão para medir e a capacidade de receber um preço surgindo então como qualidades que derivam dessa função) (FOUCAULT 1992: 189). Então a moeda (e mesmo o metal de que ela é feita) passa a receber seu valor de sua pura função de signo.

O mercantilismo liberou a moeda do postulado do valor próprio do metal defendida durante o século XVI. Para FOUCAULT (1992), o insigne metal era, por si, marca da riqueza; seu brilho oculto indicava suficientemente que ele era ao mesmo tempo presença escondida e visível assinalação de todas as riquezas do mundo. Por essa razão é que tinha um preço; por essa razão também media todos os preços; por essa razão, enfim, era possível trocá-lo por tudo o que tinha preço. A partir do século XVII, mesmo reafirmando estas três propriedades da moeda, seu valor vai repousar não mais sobre a primeira (ter preço) e sim sobre a última (substituir o que tem preço), estabelecendo entre ela e a riqueza uma relação rigorosa de representação e análise.

1.3 ANÁLISE ECONÔMICA DO MERCANTILISMO

Tendo definido que a riqueza é para o homem o valor supremo, os mercantilistas preocuparam-se em analisar as condições que levam ao seu desenvolvimento (DENIS 1978: 106).

Com o crescimento do comércio e formação do Estado, as questões referentes às relações econômicas internacionais serão aquelas que irão passar a ter maior relevância e causar maior preocupação aos pensadores da época na busca pelo desenvolvimento da riqueza. Podemos dividir essa preocupação em dois campos de análise: Balança Comercial e Política Monetária.

1.3.1 Balança Comercial

Em terminologia moderna, o termo balança de comércio inclui somente importações e exportações de mercadorias (RIMA 1977: 49).

O conceito de balança de comércio pode ser considerado o instrumento mais importante da análise econômica desenvolvida pelos

escritores mercantilistas. Eles lutavam por uma balança de comércio favorável como questão de política nacional.

Para os mercantilistas, um excesso de exportações de mercadorias em relação às importações seria compensado por um afluxo de ouro ou por créditos no exterior. “Havia muitos entre os mercantilistas que compreendiam que a moeda não é capital; mas a maioria dos primeiros autores mercantilistas estava persuadida de que a riqueza das nações consiste em seu estoque de metais preciosos em lugar de bens para consumo ou matérias-primas ou bens de capital” (RIMA 1977: 49).

A mentalidade dos primeiros pensadores mercantilistas fazia com que, deixassem de perceber as vantagens inerentes à especialização geográfica da produção, pois não percebiam que a riqueza consiste em bens que podem ser usados para consumo ou para a futura produção. Eles acreditavam que a oferta de ouro é relativamente fixa e poderia ser aumentada a expensas de outras nações.

As recomendações de política econômica tinham como objetivo construir um Estado forte através da acumulação de metais preciosos. Isto levava à adoção de determinadas medidas por parte dos países, por exemplo, os metalistas ingleses que recomendavam a proibição da exportação de metais preciosos em barra e o estabelecimento do Escritório Real de Câmbio, para regular as transações com o exterior. Gerard Malynes, metalista, até sugeria que “o Estado controlasse os negócios de câmbio dos financistas privados cujas transações, segundo ele, não somente faziam com que o ouro e a prata em barras saíssem como também elevavam as taxas de juros através da diminuição da disponibilidade desses metais no reino” (RIMA 1977: 50). O remédio, segundo ele, seria que o Escritório Real de Câmbio deveria tratar de todas as transações em moeda estrangeira, e que estas, sendo feitas somente ao *par pro pari* (isto é, a taxas refletindo o conteúdo de ouro ou prata das moedas envolvidas) preservariam os tesouros do reino.

Nem todos os mercantilistas eram favoráveis à proibição das exportações de metais preciosos. Thomas Mun foi um dos principais defensores da não proibição das exportações de metais preciosos. Para ele, as saídas em espécie na verdade contribuíam para a meta de conseguir uma balança comercial favorável. “Seu argumento central em *England's Treasure by*

Forraign Trade foi que as exportações de metais preciosos resultam na compra de bens que, quando reexportados a preços vantajosos, trazem de volta maior quantidade desses metais do que a originalmente exportada” (RIMA 1977: 51). Mun estabeleceu um avanço na maneira de empregar o estoque de metais preciosos no comércio exterior, pois segundo ele, isto tornaria possível aumentar a riqueza e o tesouro, caso seja tomado cuidado para conseguir um balanço comercial favorável.

A política econômica, em favor de um excedente na balança comercial, favoreceu o aparecimento do monopolismo de exportação, isto é, adoção de medidas por parte do Estado, que não levavam em consideração os efeitos que poderiam ter sobre o comércio e a indústria doméstica. Montchrestien, por exemplo, insistia na necessidade de reservar o comércio aos nacionais e impedir que os mercadores estrangeiros fizessem sair o ouro e a prata do reino. Mas preconiza igualmente toda a espécie de medidas a favor do desenvolvimento da indústria. Na França, na sua *Republica*, Jean Bodin preconizava: proibição da saída das matérias-primas necessárias à indústria nacional, limitação da entrada dos produtos estrangeiros manufaturados, com exceção daquelas matérias úteis a indústria nacional (DENIS 1978: 116).

O monopólio e a cooperação semimonopolista, estimulada por políticas protecionistas por parte do Estado, afetavam os interesses domésticos, ao ponto de despertar o ódio tanto dos proprietários rurais como do homem comum. Essas políticas adotadas em favor das grandes companhias, eram na verdade favoráveis aos grandes mercadores e não ao Estado e pequenos mercadores, pois, poderiam-se realizar lucros importantes exportando matérias-primas mesmo que fossem indispensáveis à indústria nacional, ou importando produtos fabricados, embora entrassem em concorrência com a indústria nacional. É precisamente por isso que os mercantilistas reclamavam medidas de proibição ou de limitação do comércio. Mas o fato de essas medidas serem necessárias prova precisamente que os interesses em presença não são convergentes (DENIS 1978: 119).

O problema é que, como instrumento de análise econômica, o balanço comercial bem que poderia ser utilizado como parte operativa do balanço de pagamentos (isto é, além da balança de comércio, inclui as importações e exportações “invisíveis”, capital de curto e longo prazo, e ouro (RIMA 1977:

49)), mas ele não funciona automaticamente, pois se conhecemos apenas os dados numéricos de exportações e importações, não obteremos inferência alguma a partir deles. Por exemplo, “um balanço desfavorável pode ser o sintoma de riqueza crescente, como também de um processo de empobrecimento; um balanço favorável pode significar prosperidade e emprego, tanto quanto suas recíprocas. É apenas em conexão com outros dados que o balanço comercial adquire tanto seu sentido característico como seu sentido causal” (SCHUMPETER 1964: 435).

“Esse fato será, talvez, melhor salientado ao ter-se em conta que, mesmo considerado em si próprio, o lucro líquido do balanço corrente de débitos e créditos – que por vezes pode ser indicado aproximadamente pelo lucro líquido corrente do balanço comércio – é um fator importante nas decisões tomadas pelas autoridades monetárias. Em sentido lato, porém, o raciocínio tanto quanto a ação que dependam quase que exclusivamente do balanço comercial não poderão ser corrigidos senão por acidente” (SCHUMPETER 1964: 435).

Podemos considerar que como instrumento analítico para calcular o aumento ou diminuição da riqueza de uma nação, somente através da utilização da balança comercial, não se poderia obter os resultados exatos do crescimento da riqueza de uma nação. O uso do conceito de balança comercial representara, portanto, tanto uma contribuição como um erro por parte dos mercantilistas.

1.3.2 Política Monetária

A maioria dos mercantilistas sabia da relação direta entre a quantidade de moeda e o nível de preços. Apesar disso, poucos aceitavam o processo inflacionário, pois defendiam uma contínua acumulação de metais monetários através da balança de comércio favorável. “Por conseguinte, a abundância da moeda surgia de várias maneiras como o meio de favorecer o comércio longínquo e a realização dos lucros particulares. Mas por outro lado, a abundância de moeda é para o Estado um fim em si, porque lhe dá poder. E atinge esse fim precisamente por meio das exportações” (DENIS 1978: 112).

A mais primitiva análise teórica dos relacionamentos entre a quantidade de moeda e aumentos inflacionários de preços foi feita pelo francês Jean Bodin. Ele responsabilizava o aumento generalizado dos preços

experimentado pela Europa Ocidental durante o século XVI à entrada de metais monetários provenientes da América do Sul. Além disso, o aumento dos preços segundo ele, era também graças aos monopólios, através das políticas que restringiam a produção e as consideráveis procuras dos consumidores por mercadorias de luxo.

Utilizando-se da equação de trocas formulada por Irvin Fischer na década de 1920, podemos iniciar uma análise do pensamento monetário mercantilista, mesmo que a equação tenha sido desenvolvida mais tarde.

$$\text{Equação: } MV = PT$$

Nesta equação, **M** representa o meio de pagamento monetário disponível para efetuar transações na economia, **V** designa o número médio de vezes em que as unidades de pagamento trocam de mãos em um dado período de tempo, **P** representa a nível médio de preços e **T** é a quantidade de bens e serviços disponíveis que serão adquiridos. Da maneira representada, a equação nada mais é do que a demonstração que o valor monetário dos bens e serviços pagos é igual ao valor dos bens e serviços vendidos (RIMA 1977: 50). Então, para Fischer, existia um relacionamento causal direto entre a quantidade de moeda e o nível geral de preços, dado tudo constante, o nível geral de preços variará diretamente com a quantidade de moeda.

Mesmo os mercantilistas estando de acordo com este raciocínio (RIMA 1977) (apesar de esta estrutura analítica ter sido escrita muitos anos depois), existem contradições de objetivos. Eles, diferentemente de Fischer, julgavam que as mudanças em **M** teriam efeito sobre **T** e não sobre **P**. Acreditavam que aumentos na quantidade de moeda induziriam o comércio ao invés de produzir uma inflação de preços. Assim, fugiam da contradição existente entre uma balança de comércio favorável e o influxo de moeda que lhe está associado.

Esta linha de raciocínio reflete uma percepção de que um volume crescente de moeda e crédito é essencial à expansão contínua do volume físico de comércio. Já que o Estado embrionário do sistema creditício naquela época impedia um sistema de emissão de notas que funcionasse bem (porque o depósito em conta de movimento foi uma fase ainda posterior do desenvolvimento bancário), a ênfase mercantilista sobre a conveniência de acumular grandes quantidades de ouro para expandir a oferta de moeda é mais compreensível do que seria se o sistema de crédito tivesse sido em mais desenvolvido. Raciocinava-se que um influxo de moeda manteria baixa a taxa de juros, ao passo que a pressão para baixo de preços que resultaria de uma oferta inadequada de moeda, serviria para amortecer ainda mais a expansão da atividade econômica (RIMA 1977: 55).

Basicamente, os mercantilistas recomendavam uma política monetária frouxa, ou crédito fácil – grande quantidade de dinheiro disponível, de modo a estimular o comércio e manter baixas as taxas de juros. Por outro lado, eles precisavam manter as pressões inflacionárias sob controle por duas razões (FUSFELD 2001: 24):

- i) preços ascendentes criavam dificuldades para os trabalhadores e para os mais pobres porque os aumentos salariais tendiam a ficar defasados em relação aos aumentos dos preços, causando tensões políticas.
- ii) preços ascendentes reduziam a demanda externa por manufaturados domésticos e, por fim, resultavam em piora das condições econômicas domésticas.

As Políticas econômicas domésticas e internacionais, portanto, tornaram-se estreitamente inter-relacionadas, fazendo com que os mercantilistas, principalmente os ingleses, percebessem rapidamente que a economia mundial era uma teia de interconexões. O que foi omitido pela teoria monetária mercantilista, começou a evoluir com os escritos de David Hume, Anne Robert, Jacques Turgot e Richard Cantillon.

2. DAVID HUME

2.1 VIDA E OBRA¹

David Hume nasceu na Escócia, em Edimburgo, no dia 7 de maio de 1711. Seu pai era um pequeno proprietário de terra que residia na aldeia de Chirnside. Sua mãe, Catherine, era filha do presidente do Supremo Tribunal da Escócia. David passou sua infância em Ninewells, até que, com doze anos de idade foi estudar em um colégio em Edimburgo. Durante quatro anos fez estudos clássicos. Apesar da disposição da família para que fizesse advocacia, em 1726, abandonou a universidade e voltou para Ninewells.

Após o retorno a Ninewells, David aceita um emprego junto a um mercador das Índias Ocidentais, onde esperava por uma aventura percorrendo o mundo. O mais longe que chegou foi em terras francesas: primeiro em

¹ Idéias principais retiradas da “Vida e Obra” do livro da Coleção Os Pensadores: David Hume, de autoria de João Paulo Gomes Monteiro.

Reims, depois em Anjou. Já em terras francesas, estudou em um famoso colégio de La Flèche, onde Descartes estudara com os jesuítas. Depois de dois anos na França, escreve as duas primeiras partes de um *Tratado da Natureza Humana*, obra que foi, para os especialistas, sua principal obra, embora escrito na juventude.

De volta a Londres em 1737, cuidou da publicação do *Tratado*, e começou a escrever a terceira parte, além de fazer uma revisão de todo o texto. Dois anos depois a obra foi divulgada, mas não despertou muita atenção. Decepcionado, voltou para Ninewells para o conforto dos amigos, entre os quais estava Adam Smith (1723-1790).

Apesar do insucesso da primeira obra, ele continuou escrevendo. Em 1741 publica os *Ensaio Morais e Políticos*. Em busca de novos horizontes, candidata-se a professor da Universidade de Edimburgo, onde acaba por sofrer mais uma decepção, pois é recusado sob a acusação de heresia, ateísmo e por ser “notório infiel”. Após esta segunda decepção, resolve dar um tempo ao mundo acadêmico. Por algum tempo torna-se tutor do Marquês de Annandalle e, logo depois, secretário do General Saint-Clair numa expedição militar contra a França.

Mesmo afastado do mundo acadêmico, em 1748 publica os *Ensaio Filosóficos sobre o Entendimento Humano*, título posteriormente mudado para *Investigação Acerca do Entendimento Humano*. No mesmo ano publica uma edição aumentada dos *Ensaio Morais e Políticos*. No ano seguinte, retorna a Ninewells e põe-se a reescrever a terceira parte do *Tratado da Natureza Humana*, trabalho este que resulta na obra *Investigação sobre os Princípios da Moral*, publicada em 1751.

Em 1752 publica os *Discursos Políticos* e projeta uma continuação das *Viagens de Gullivier de Swift*.

Com a publicação dessas inúmeras obras, David alcança a fama tão desejada. A gosto das autoridades, tenta ocupar a cátedra de lógica da Universidade de Glasgow, que resulta em um novo fracasso ao ser acusado de ateuista. Após novo fracasso, seus amigos conseguem uma vaga de trabalho para ele como conservador da Biblioteca dos Advogados, em Edimburgo. Cercado de inúmeros livros e manuscritos de importantes documentos resolve dedicar-se à história. Os resultados de seus estudos são as obras *História da*

Inglaterra, cujos volumes apareceram entre 1754 e 1762, e *Dissertação sobre as Paixões*, onde se encontra reescrita a segunda parte do *Tratado da Natureza Humana*.

A fama conduziu David a um período mundano de sua vida. As amizades com a mais alta intelectualidade européia são muitas e enriquecedoras. Entre elas estão a do escritor e naturalista Buffon (1707-1788), a do administrador Turgot (1690-1751), a do escritor Jean François Marmontel (1723-1799), a do filósofo Helvétius (1715-1771) e principalmente a de D' Alembert (1717-1783). Une-se também a Rousseau (1712-1778), que se encontra em plena fase de delírio de perseguição e, apesar de abrigá-lo na Inglaterra, é maltratado e acaba por cansar-se do amigo neurótico.

Depois de algum tempo dentro desse “turbilhão intelectual”, acaba por cansar-se e volta para Edimburgo. Arranja ainda energia para escrever uma *Vida de David Hume, Escrita por Ele Mesmo*, antes de tomar as últimas providências com relação à herança.

David Hume falece no dia 25 de agosto de 1776 e é enterrado na colina de Carlton Hill, Edimburgo. Um ano depois sua biografia é publicada juntamente com a carta do amigo Adam Smith, que afirmava: Hume se aproximou tão perto da idéia do perfeito sábio e homem virtuoso, quanto o permite a fragilidade da natureza humana.

David Hume foi um defensor do raciocínio filosófico ou científico, até mesmo quando ele ultrapasse os limites de segurança do entendimento. Ele vai contra todo modo de “pensadores superficiais”, que deixam de explorar os caminhos que podem levar a descobertas importantes.

O método experimental foi responsável pelo grande avanço no estudo das ciências da natureza. Hume vai buscar utilizar este método para analisar as ciências humanas, buscando uma nova base para todo o conhecimento a partir do entendimento e das operações que realizamos em nossos raciocínios. Para ele, as possibilidades de conhecimento estão limitadas em dois tipos de operação:

- I. O raciocínio demonstrativo, concernente a relações entre idéias (é o caso da Matemática)

- II. O raciocínio moral ou provável, referente a questões de fato e de existência (é o caso de todas as disciplinas empíricas, como a Física, a Biologia e a Economia).

Para Hume não existe raciocínios demonstrativos nesse segundo caso de operação. No curso da natureza, não é possível provar a priori a falsidade de um enunciado qualquer a respeito do mundo. Somente argumentos derivados da experiência podem ser levados em consideração, já que de causas semelhantes esperamos efeitos semelhantes.

A pergunta levantada por Hume, de grande importância para a teoria do conhecimento, é saber em qual processo de argumentação baseamos nosso raciocínio causal? A resposta, segundo ele, é que nenhum argumento sustenta a inferência causal, pois, não existe prova que uma mesma relação causa-efeito possa sempre ter o mesmo resultado futuro. Apesar de toda nossa vida ser regulada segundo essa suposição (causa-efeito), ela não se mostra correta.

Hume vai defender então (KUNTZ 1983), que todas as inferências derivadas da experiência são efeitos do costume e não do raciocínio. Sem a ação do hábito, ignoraríamos completamente toda questão de fato além do que está imediatamente presente à memória ou aos sentidos. Jamais saberíamos como adequar os meios aos fins ou como utilizar os nossos poderes naturais na produção de um efeito qualquer. Seria o fim imediato de toda ação, assim como da maior parte da especulação.

Para a discussão econômica, a teoria do conhecimento desenvolvida por Hume vai marcar uma oposição ao saber prático que marcava a maioria das discussões econômicas da época e assim, uma crítica a sabedoria tradicional dos mercantilistas. David Hume expôs suas idéias econômicas em 1752, como parte dos *Discursos Políticos*. Sua obra foi enaltecida tanto no Reino Unido, como na França. Nesta obra, Hume vai desenvolver os elementos principais da economia clássica, como a concepção da moeda, a teoria do comércio internacional e o modelo de funcionamento de um sistema competitivo. Suas teorias econômicas antecederam tanto a dos fisiocratas, como por exemplo, François Quesnay, que publicou seu primeiro artigo econômico em 1756, como dos clássicos, que emergem somente vinte anos depois com Adam Smith, na publicação da obra *Riqueza das Nações*.

Seus ensaios econômicos surpreenderam, já que grande parte dos pensadores ocupados no estudo da Economia Política, na época, influenciava-se pelos ideais mercantilistas. O que Hume propunha, não era apenas um novo sistema de política econômica, destinado a conquistar aprovação dos governantes e dos homens de negócios. O que ele queria era dar uma abordagem científica à maneira de pensar os assuntos econômicos.

2.2 CRÍTICA AO MERCANTILISMO

Os ensaios escritos por Hume, que fazem parte dos *Discursos Políticos* publicados em 1752, caracterizam-se como um ataque às doutrinas econômicas dos mercantilistas, onde dinheiro deixa de ser visto como riqueza e passa a ser descrito apenas como representação do trabalho e das mercadorias e o óleo que amacia e facilita o movimento das rodas do comércio (KUNTZ 1983: 168). Para Hume, a acumulação de riqueza por parte de um país só se tornaria necessária no caso de uma guerra contra uma nação estrangeira. Além disso, estes ensaios têm uma grande importância pela influência que terão sobre seu amigo Adam Smith.

Suas principais teorias econômicas trataram da moeda (Política Monetária) e do comércio internacional (Balanço Comercial). Ele vai sustentar que é através do comércio que se dá o crescimento econômico de uma nação e não através do fluxo de ouro advindo das colônias. Para isto, tomou como evidência o crescimento econômico de alguns países.

2.2.1 Balança Comercial

David Hume acreditava ser injustificável a importância dada pelos mercantilistas à balança comercial. Ele vai defender o papel do comércio internacional como expoente do crescimento do poder das nações (que vai marcar sua principal oposição aos mercantilistas). Além disso, estabelece as noções básicas do que viria a ser a teoria clássica do comércio exterior.

A concepção de um mecanismo automático de ajuste, que torna tão prejudicial quanto inútil a intervenção governamental no processo de trocas; a aplicação da teoria quantitativa da moeda ao exame dos efeitos provocados, em cada economia, pela

acumulação de saldos positivos ou negativos; a identificação da vantagem comparativa como fator determinante da alocação de recursos num sistema de livre intercâmbio (KUNTZ 1983: 170)

O comércio internacional passa a ser visto não mais como um sistema de trocas entre rivais e sim um sistema onde todos podem sair ganhando.

Hume vai descrever um mecanismo de ajuste entre os países através do comércio internacional. Este mecanismo vem em resposta à preocupação de alguns países que temiam a perda de ouro e prata através do comércio. Para Hume, uma variação da quantidade de moeda em uma economia teria como consequência uma queda ou alta dos preços da mão-de-obra e das mercadorias. Em caso de elevação da quantidade de moeda em circulação, os produtos do país tornar-se-iam menos competitivos, logo as exportações tenderiam a diminuir e as importações aumentar, e com isto, os metais acumulados sairiam do país. Este efeito prosseguiria até o equilíbrio dos preços pelos padrões internacionais. Em caso de diminuição da quantidade de moeda em circulação, o processo seria o inverso. O importante resultado desta análise é que, do ponto de vista político, o equilíbrio pode ser alcançado sem intervenção externa. Apesar disso, Hume defende algumas imposições por parte dos legisladores em relação ao comércio internacional: "... todos os impostos sobre mercadorias não devem ser encarados como prejudiciais ou inúteis, mas somente aqueles que se fundam no ciúme... Um imposto sobre o conhaque aumenta a venda de rum e sustenta nossas colônias do Sul" (HUME 1983:225). Apesar do tom intervencionista, Hume logo vai abandonar esta teoria, desenvolvendo os princípios da teoria das vantagens comparativas.

Tampouco Estado algum necessita nutrir apreensões de que seus vizinhos irão aperfeiçoar-se em toda arte e manufatura num grau tal que não tenham nenhuma demanda delas. A natureza, dotando de uma grande diversidade de gênios, climas e solos as diversas nações, assegura seu comércio mútuos, enquanto permanecem industriosas e civilizadas. Além disso, quanto mais se desenvolverem as artes em qualquer Estado, maior será a demanda por elas por parte de seus vizinhos industriosos (HUME 1983:228).

A diferença inicial de desenvolvimento entre as nações seriam superadas a partir da mobilidade de capitais. A vantagem de possuir um capital mais avançado será superada pelo preço da mão-de-obra dos países que não possuem um grande comércio. "Assim as manufaturas tendem a mudar-se

para esses países e lá permanecerem, até que também a estes enriqueçam e sejam expatriadas pelas mesmas causas.” (Hume 1983:202). Portanto o crescimento econômico se dá através de um fenômeno supranacional, desde que não se trave o movimento dos capitais. “Nenhum país pode ter interesse de se desenvolver sozinho. Na escala internacional, isso quer dizer que o comércio, quanto maior e mais intenso, servirá para estimular a produção de cada parceiro. E essa produção tenderá a aperfeiçoar-se, com vantagem para todos”. (KUNTZ 1983: 173).

A idéia de equilíbrio internacional será sustentada pela maioria dos economistas liberais em suas teorias de superação do subdesenvolvimento. Os liberais, assim como Hume, acreditavam que as vantagens que as nações ricas gozam: comércio extensivo, grande capital, indústria desenvolvida, mão-de-obra especializada e assim por diante, tendem a diminuir a partir do momento que as provisões e o trabalho tornam-se mais caros. Logo, os países subdesenvolvidos poderiam competir na produção de manufaturas mais primitivas, em um primeiro momento, e posteriormente nas mais elaboradas. Para OSER e BLANCHFIELD (1983), o estreitamento do hiato entre países ricos e pobres, a partir dessa idéia, fracassou mais vezes do que triunfou.

Seu conceito é desafiado pela idéia de um hiato que se alarga entre ricos e pobres sob o *laissez-faire*, em virtude do crescimento e da estagnação cumulativos. Os países ricos atraem capitais e especialização, o que os países pobres não podem fazer com sucesso. A riqueza leva a aperfeiçoamentos na saúde e na educação, maiores despesas gerais sociais de capital, mercados maiores e outros benefícios que, por sua vez, resultam na expansão da renda e da riqueza. A pobreza, ao contrário, leva a condições que a perpetuam. Portanto, o otimismo de Hume com relação a países pobres que alcançam os ricos não se justificou na maioria dos casos. Seu otimismo somente se justificou quando um país ostentava um conjunto peculiar de condições favoráveis que lhe permitiriam fechar o hiato, ou quando os governos, em desafio às doutrinas do *laissez-faire*, usavam todos os seus poderes para promover o desenvolvimento econômico (OSER e BLANCHFIELD 1983: 63)

Uma variável importante para o comércio internacional é o fortalecimento do mercado interno. Para Hume, quando uma grande variedade de mercadorias é produzida para o mercado interno, sempre existirão entre elas aquelas que poderão ser exportadas.

Quando um grande número de mercadorias é produzido e aperfeiçoado para o mercado interno, sempre são encontradas algumas que podem ser exportadas com vantagem (HUME 1983:228).

As idéias de Hume em relação ao comércio internacional significaram uma renovação no discurso político, evocando os princípios liberais para discutir as políticas de Estado. Deixando de lado a importância dada ao desempenho da balança comercial e à “voraz” necessidade de acumulação de metais preciosos.

2.2.2 Política Monetária

Para Hume, uma variação na quantidade de moeda em circulação significaria uma variação correspondente nos preços dos produtos e da mão-de-obra.

O impacto de uma variação na quantidade de moeda não é um fenômeno instantâneo, pois caso fosse, todos os valores mudariam proporcionalmente e isto não ocorre. Segundo Hume, o aumento na quantidade de ouro e prata, não terá impacto imediato sobre a economia. Primeiro, a nova moeda ficará concentrada nas mãos de poucos, e com o tempo, entrará em circulação, gerando aumento da demanda e do emprego. O aumento destes resultará no dos preços. Quem se favorecerá deste processo serão os industriais.

Para explicar, portanto, esse fenômeno, devemos considerar que, embora o aumento dos preços seja uma consequência necessária do aumento do ouro e da prata, não se segue imediatamente a tal aumento, mas é necessário algum tempo para que o dinheiro circule por todo o Estado e seu efeito se faça sentir em todas as camadas do povo. De início, não se percebe nenhuma alteração; o preço aumenta gradualmente, primeiro de uma mercadoria, depois de outra, até que todas finalmente atinjam uma proporção adequada à nova quantidade de moeda existente no reino. Em minha opinião, é somente durante esse intervalo ou situação intermediária, entre a aquisição do dinheiro e a alta dos preços, que a crescente quantidade de ouro e prata é favorável a indústria” (HUME 1983:203).

Considerando a preposição de que toda a riqueza de uma nação está de uma forma ou outra associada ao comércio, por algum tempo a acumulação de ouro e prata podem ser úteis para este propósito. Este pode ser considerado um dos motivos para a não ocorrência de um efeito inflacionário na Europa a partir da conquista as Índias Ocidentais, pois o aumento dos preços foi balanceado pelo crescimento da oferta de mercadorias (aumento da produção).

É a proporção entre o dinheiro em circulação e as mercadorias no mercado que determina os preços. Mercadorias que são consumidas em casa, ou trocadas por outras mercadorias na vizinhança, nunca chegam ao mercado e não afetam em nada a moeda corrente. Com relação a ela, é como se fossem totalmente anuladas e, conseqüentemente, esta maneira de utilizá-las diminui a proporção do lado das mercadorias e eleva os preços. Mas, depois que o dinheiro participa de todos os contratos e vendas em toda parte constitui a medida da troca, a mesma moeda nacional tem uma tarefa bem maior a cumprir. Então todas as mercadorias estão no mercado e a esfera de circulação amplia-se. É como se essa soma em particular devesse servir a um reino maior, portanto, a proporção estando aqui diminuída do lado do dinheiro, tudo deve ficar mais barato e os preços baixam gradualmente (HUME 1983:206).

Os pontos importantes que Hume levanta em relação à moeda podem ser resumidos em dois:

- i. A afirmação de uma teoria que relaciona os meios de pagamento e o nível de preço.
- ii. A integração da teoria monetária com o processo de desenvolvimento econômico e de formação dos mercados.

Utilizando-se da equação de Irvin Fischer², a teoria monetária de Hume estabelece uma relação causal entre **M** e **P**. Para **T** e **V** insensíveis as variações na quantidade de moeda, **M** e **P** variarão proporcionalmente. Diferentemente dos mercantilistas, que julgavam que as mudanças em **M** teriam efeito sobre **T** e não sobre **P**. Segundo Blaug (1989), mesmo a teoria de Hume pode ser questionada quando passamos a considerar a procura da moeda como meio de conservar uma reserva de valor. Neste caso, **M** e **P** não variarão necessariamente de uma forma proporcional. A teoria quantitativa, no sentido de uma relação definida e rígida entre **M** e **P**, foi entendida na altura como uma representação verificável e decerto evidente no mundo real. A revolução dos preços do século XVI foi no mínimo considerada uma prova irrefutável de uma relação causal direta entre variações de **M** e variações de **P**.

Correlata a doutrina monetária é a dos juros. “A opinião corrente em meados do século XVIII, é que o custo do dinheiro varia na razão inversa de sua oferta. Um aumento no volume de meios de pagamento deverá, portanto, baixar as taxas e estimular a atividade, segundo os mercantilistas” (KUNTZ 1983: 169). Para Hume, esta teoria estava errada, pois o efeito sobre a taxa de juros ocorreria até que os

² $MV = PT$, Onde: **M** representa o meio de pagamento monetário disponível para efetuar transações na economia, **V** designa o número médio de vezes em que as unidades de pagamento trocam de mãos em um dado período de tempo, **P** representa o nível médio de preços e **T** é a quantidade de bens e serviços disponíveis que serão adquiridos.

preços tenham se ajustado ao maior volume de dinheiro. Sua explicação era que, o surgimento da classe (social) dos comerciantes e dos manufatureiros gera o aumento do número de emprestadores, tendo como conseqüência a queda da taxa de juros. Isto não ocorria antes, já que quando predominava os senhores de terras e camponeses, o aumento de dinheiro não significava diretamente o de empréstimos, pois os primeiros dissipam suas posses e os segundos apenas consomem para sobreviver. A partir do crescimento da classe dos comerciantes, que significou o aumento da concorrência entre eles, reduziu-se o nível de lucros dos comerciantes, forçando os emprestadores a diminuir suas taxas de juros. “Assim o aumento do comércio gera como conseqüência necessária, um grande número de emprestadores, e desse modo provoca uma baixa na taxa de juros” (HUME 1983:213). Portanto, “o nível dos juros é o barômetro do Estado, pois quando está baixo, é um sinal quase infalível da condição florescente de um povo” (KUNTZ 1983: 170).

Para HEIMANN (1971), Hume foi admirável pela inteligência com que combinou o raciocínio econômico com as análises históricas e sociológicas exigidas um século e meio mais tarde pelos críticos historistas e institucionalistas da teoria ortodoxa. Sua oposição aos mercantilistas baseava-se na distinção que estabeleceu entre o dinheiro gasto nos bens de consumo, cujo aumento eleva os preços e salários, e o capital monetário, cujo aumento reduz os juros. Sua percepção resultou em uma análise do processo inflacionário resultante da descoberta de novas minas de ouro e prata.

Hume contrastou dois tipos de sociológicos, o povo da Espanha e o povo da Grã-Bretanha e França. Na Espanha o juro se manteve baixo apenas por pouco tempo, enquanto as novas riquezas da América, chegando a grandes somas acumuladas, eram emprestadas. Mas o povo da Espanha não sabia como transformar o dinheiro em vantagem comercial e dentro em pouco consumia a nova riqueza. Ao cabo as elevadas taxas de juros, com tudo o que implicam, eram restabelecidas. Os habitantes da Grã-Bretanha e França, por sua vez, sabiam como beneficiar-se do esbanjamento espanhol, atraindo o metal em pagamento de artigos de luxo que exportavam para a Espanha, e usando-o para estimular a atividade comercial interna. Foram recompensados, pela sua demonstração de todas as virtudes capitalistas, por uma baixa taxa de juro. Nenhum raciocínio socioeconômico pode ser mais brilhante do que este (HEIMANN 1971:56).

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo inicial, desenvolver as duas principais críticas feitas por David Hume ao pensamento mercantilista, em relação à Balança Comercial (Comércio Internacional) e à Política Monetária.

Os ensaios econômicos expostos por Hume vão simbolizar o primeiro esboço da explicação do crescimento econômico via crescimento do comércio. A política econômica mercantilista, até então, tinha como objetivo construir um Estado forte através da acumulação de metais preciosos. O que Hume vai sustentar é a existência de uma teoria do equilíbrio automático da balança comercial. A idéia principal dessa teoria, é que o poder de compra da moeda é inversamente proporcional à sua quantidade. Para ele, o acúmulo de moeda em longo prazo resultaria na alta dos preços dos bens e serviços internos. A consequência seria o aumento das importações de bens e serviços estrangeiros. O deslocamento da demanda leva a uma redução do superávit do país que possuía grande quantidade de ouro e prata, e uma redução do déficit em conta corrente do país estrangeiro. Este movimento, “por fim, gera o equilíbrio da balança de pagamentos entre as nações” (KRUGMAN 2001: 550)

Para que ocorresse o equilíbrio da balança comercial seria necessária a liberalização do comércio. Outra medida que contradiz o pensamento mercantilista, que defendia a proteção constante dos seus mercados internos. Como o crescimento, segundo Hume, é alcançado através do comércio internacional, logo, seria irracional qualquer medida que interviesse na sua natureza.

Em relação à taxa de juros, os mercantilistas defendiam que o custo do dinheiro variava na razão inversa de sua oferta. Um aumento no volume de meios de pagamento deveria, portanto, baixar as taxas e estimular a atividade econômica. Para Hume, a taxa de juros depende da importância dos lucros obtidos no comércio e na indústria. O crescimento da classe dos comerciantes e dos empresários significa o aumento da concorrência entre eles, reduzindo-se o nível de lucro, forçando os emprestadores a diminuir suas taxas de juros. Sua teoria vai contra o pressuposto mercantilista, no qual a taxa de juros varia somente de acordo com a quantidade de moeda.

REFERÊNCIAS

- BELL, John F. *Historia do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.
- BLAUG, Mark. *Historia do Pensamento Econômico*. Lisboa: Editora Dom Quixote, 1989.
- DENIS, Henri. *História do Pensamento Econômico*. Lisboa: Editora Horizonte, 1978.
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas [1966]*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FUSFELD, Daniel R. *A Era do Economista*. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.
- HEIMANN, Eduard. *História das Doutrinas Econômicas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1971.
- HEILBRONER, R. L. *A Formação da Sociedade Econômica*. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1980.
- HUGON, Paul. *História das Doutrinas Econômicas*. São Paulo: Ed. Atlas, 1995.
- HUME, David. *Escritos sobre Economia [1752]*. In: Coleção os Economistas. São Paulo: Sara Albieri, 1983.
- HUNT, E. K. *Historia do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.
- HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
- KUNTZ, Rolf. *Prefácio*. In: Coleção Os Economistas: *Hume*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.
- KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. *Economia Internacional: Teoria e Política*. 5 ed. São Paulo: Makron Books, 2001.
- MONTEIRO, J. P. G. *Vida e Obra*. In: Coleção Os Pensadores: David Hume. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.
- OSER, J.; BLANCHFIELD, W. C. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Editora Atlas, 1983.
- RIMA, Ingrid H. *Historia do Pensamento Econômico*. São Paulo: Editora Atlas, 1977.
- ROLL, Eric. *História das Doutrinas Econômicas*. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1962.

SHUMPETER J. A. *História da Análise Econômica*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.